

QUAIS OS TÍTULOS DE TERRA MAIS ANTIGOS DO BRASIL?

Luiz Walter Coelho Filho

Advogado

Elaboramos essa pesquisa e vamos compartilhar com os leitores. Identificamos vinte títulos emitidos no período de 1504 a 1547. As concessões foram outorgadas pelos reis de Portugal (Dom Manoel ou Dom João III) ou através de agentes delegados (capitães ou donatários) que receberam poderes para realizar doações de parcelas de terra na Costa do Brasil.

Dois critérios foram utilizados para relacionar os títulos de terra: a) especialização objetiva e subjetiva do imóvel no título de terra; b) disponibilidade de cópia integral do documento. Alguns desses títulos de terra estão publicados, outros permanecem sem transcrição e inéditos no seu conteúdo.

Especialização do imóvel. O emprego da expressão “título de terra” tem o sentido de gênero. Inclui alvarás, promessas de doação, cartas de sesmaria com ou sem poderes de subcapitania e autos de posse. O documento deve estar relacionado a imóvel específico e discriminado. Esse é o critério. As cartas gerais de doação das grandes capitaniias não estão incluídas nesse rol face à natureza genérica da doação vinculada ao dever de concessão de sesmarias.

Cópia integral do documento. Existem títulos de terra com teor parcial. Esses documentos foram excluídos. A relação considera apenas títulos com disponibilidade integral da cópia, publicados ou não.

A distribuição desses títulos no território nacional está disposta na **Tabela 1**. Os locais são a ilha de Fernando de Noronha (1) e as antigas capitaniias de São Vicente (3), Espírito Santo (2), Porto Seguro (2), Ilhéus (5), Bahia (2) e Pernambuco (5).

Tabela 1. Relação dos títulos de terra mais antigos em ordem cronológica

N.	DATA	LOCAL	FAVORECIDO	DOCUMENTO
1	16/01/1504	Ilha Fernando de Noronha	Fernan de Loronha	Terras e capitania
2	10/10/1532	Capitania de São Vicente	Pedro de Góes	Terras
3	10/02/1533	Capitania de São Vicente	Rui Pinto	Terras
4	20/12/1536	Capitania da Bahia	Diogo Alvares Caramuru	Terras
5	12/03/1537	Capitania de Pernambuco	Vila de Olinda	Terras
6	15/07/1537	Capitania do Espírito Santo	Duarte de Lemos	Terras e subcapitania
7	02/08/1537	Capitania de Ilhéus	Mem de Sá	Terras e subcapitania
8	31/08/1540	Capitania do Espírito Santo	Brás Teles de Menezes	Terras e subcapitania
9	12/09/1540	Capitania de Pernambuco	Vasco Fernandes	Terras
10	05/01/1541	Capitania de Porto Seguro	Luiz d'Andrade	Terras e subcapitania
11	05/04/1542	Capitania de Porto Seguro	Estevão Gil Tourinho	Terras
12	23/05/1542	Capitania de Pernambuco	Jerônimo de Albuquerque	Terras
13	25/05/1542	Capitania de São Vicente	Pedro Correa	Terras
14	09/06/1542	Capitania de Pernambuco	João de Sabanda	Terras
15	28/07/1542	Capitania da Bahia	Afonso de Torres	Terras e subcapitania
16	04/05/1543	Capitania de Pernambuco	Bartolomeu Dias	Terras
17	14/11/1543	Capitania de Ilhéus	Bartolomeu d'Aveiro	Terras
18	27/06/1544	Capitania de Ilhéus	Mem de Sá	Terras e subcapitania
19	02/11/1546	Capitania de Ilhéus	Mem de Sá	Transação de terras
20	26/03/1547	Capitania de Ilhéus	Lucas Giraldo	Terras e subcapitania

Dois aspectos chamam a atenção: a) concessão de direitos de subcapitania; b) limitação da sucessão hereditária nas primeiras doações.

Muitas doações de terra estão consorciadas com poderes de subcapitania (7). Esse fato tem causa na necessidade dos primeiros donatários de atraírem investidores e armadores para financiar e viabilizar a atividade de colonização e partilhar o risco da empreitada. Esses beneficiários receberam delegação de poderes políticos com algum grau de subordinação ao donatário.

Os principais poderes delegados são os seguintes: criação de vila, nomeação de oficiais, inclusive alcaides, e aplicação de Justiça até certa altura.

O primeiro modelo de doação de terras não contemplava a doação de direitos de propriedade com sucessão hereditária. Havia limitação em duas

vidas (Fernando de Noronha, na ilha de São João) ou em uma vida (Martim Afonso de Souza, em São Vicente).

Os fatos são certos:

- a) Dom Manuel concedeu a ilha de Fernando de Noronha (denominada ilha de São João) em 1504 para Fernando de Loronha em sua vida e por sucessão limitada a uma geração e filho;
- b) Martin Afonso de Souza em 1530 recebeu poderes do Rei Dom João III para doar terras na Costa do Brasil limitada à apenas uma vidaⁱ;
- c) Esse padrão mudou a partir de 1534 com as doações e forais das capitania que asseguraram o direito de propriedade plena, tal como hoje é usual.

Interpretação possível desse fato e mudança está relacionada com a visão inicial da Coroa Portuguesa de conservar o domínio integral das terras da Costa do Brasil. A partir de 1530, os ataques e frequência de naus francesas à Costa do Brasil e os conflitos com espanhóis ao sul de São Vicente se ampliaram, ameaçando a expectativa de soberania da Coroa Portuguesa.

Essa ameaça à expectativa de soberania ensejou a reformulação da estratégia real mediante a incorporação da doação plena de terras para motivar a colonização.

O direito de propriedade doado através do instituto da sesmaria se incorporou ao pacto do soberano celebrado com os donatários (doação) e colonos (foral).

Cada novo colono ou povoador com seu título de propriedade assegura a defesa da ordem jurídica imposta pela Coroa Portuguesa (soberania). O direito de propriedade é essencialmente o poder de

exclusividade sobre a terra e seu titular ao exercê-lo reforça a soberania da Coroa Portuguesa.

Em certa medida, pode-se afirmar que a consolidação da soberania na Costa do Brasil decorreu da expansão da propriedade e da conquista militar, sendo difícil medir o espaço e a importância de cada um.

A relação dos títulos mais antigos será apresentada em ordem cronológica com algumas informações sobre cada um deles.

1. Ilha e Capitania de Fernando de Noronha (16/01/1504)

Fernam de Loronha recebeu do Rei Dom Manoel a promessa de concessão da capitania da “ilha de São João”, primeira denominação da ilha de Fernando de Noronha. A carta diz que ele “novamente achou e descobriu”, situada “cinquenta léguas ao mar da nossa terra de Santa Cruz”. Essa doação incluía a terra integral da ilha na concessão da capitania. A condição da doação foi que povoasse em algum tempo a ilha. A mercê está limitada à vida de Fernão de Loronha e de seu filho varão. Essa carta de promessa de doação foi confirmada por Dom João III, na data de 3 de março de 1522.

Em 29 de janeiro de 1547, o Rei Dom João III alterou as regras da concessão por requerimento de Diogo de Noronha, filho de Fernão de Noronha. Ele requereu ao rei Dom João III que reduzisse os tributos que eram cobrados (dízimo e mais um quarto de tudo que houvesse na ilha) e equiparasse a capitania às demais que já existiam, adotando a regra da doação de juro e herdade para sempre, no que foi atendidoⁱⁱ.

Nessa alteração da doação ficou explicitado o direito de “arrendar e aforar” às pessoas que quisesse as terras da ilha, pagando-se apenas o dízimo a Deus. Essa regra é diferente do regime das capitâncias, nas quais o capitão deveria conceder em sesmaria a maior parcela das terras. Em síntese, as terras da ilha de São João pertenciam ao donatário e sucessores de Fernando de Noronha.

Esse documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo e foi publicadoⁱⁱⁱ.

2. Terras de Taquararira, Capitania de São Vicente (10/10/1532)

Martim Afonso de Souza no exercício da função de Capitão e Governador das Terras do Brasil outorgou carta de doação a Pedro de Góes das terras que denominou “*Taquararira com a serra de Taperovira que está da banda onde nasce o sol com águas vertentes para o rio Jurubatiba*”. Essa é a mais antiga carta de sesmaria conhecida sobre terras na Costa do Brasil.

Essas terras estão situadas nas serras ao norte da cidade de Cubatão em frente à ilha de São Vicente, atual cidade de Santos. O rio Jurubatiba atualmente é denominado Geribatiba.

O nome do beneficiário é Pedro de Góes, fidalgo que serviu no ofício de capitão-mor da Armada que veio ao Brasil com Tomé de Souza (1549) e aqui permaneceu senhoreando a costa. Ele recebeu também a capitania de São Tomé, trinta léguas de terras começando treze léguas ao norte de Cabo Frio.

A carta de doação da Capitania de São Tomé, datada de 13 de janeiro de 1536, declara que Pedro de Góes integrou a armada liderada por Martim Afonso de Souza, na qual prestou relevantes serviços em “alguns descobrimentos” e permaneceu no Brasil, especificamente em São Vicente.

O aspecto mais interessante dessa carta de doação é a suposta falsificação da transcrição do teor dos poderes outorgados pelo Rei Dom João III a Martim Afonso de Souza para conceder sesmaria com data de 20 de novembro de 1530. A carta de poderes limita a doação à vida dos outorgados. Essa restrição foi omitida na transcrição inserida na carta de sesmaria.

A **Figura 1** reproduz o texto original da carta real de poderes para conceder sesmarias (20/11/1530) e a redação que foi reproduzida na carta de sesmaria concedida (10/11/1532). O quadro foi extraído de obra comentada por Francisco Adolfo Varnagem^{iv}.

Figura 1. Comparaçao entre a carta normativa e a transcrição específica no título

<i>Diz o Autografo.</i>	<i>Diz o Transumpto impresso por Fr. Gaspar.</i>
<p><i>E as terras, que assim der, será sómente nas vidas da- quelles, a que as der, e mais não e das que assim der ás ditas pes- soas lhes passará cartas, de- clarando nellas como lhas dá em suas vidas sómente; e que de dentro em seis an- nos do dia da dita data ca- da um aproveitará a sua, &c.</i></p>	<p><i>(Pag. 9, lin 26 e seg.)</i></p> <p><i>E as terras, que assim der, serão para elles e seus des- cendentes, e das que assim der ás ditas pessoas, lhes passará suas cartas; e que dentro em dois annos da di- ta data cada um aproveite a sua, &c.</i></p>

Essa particularidade sugere três hipóteses: a) houve mudança na política de concessão de terras em sesmaria, o que teria ocorrido entre 1530 a 1532, desconhecendo-se a fonte; b) o título de doação foi produzido com esse vício de veracidade entre um e outro; c) o documento foi alterado posteriormente em alguma transcrição para adaptá-lo ao regime legal vigente imposto pelas doações e forais.

A carta de sesmaria tem auto de posse anexo com data de 15 de outubro de 1532, ao qual ato compareceram como testemunhas João Ramalho e Antônio Rodrigues.

Esse documento está publicado na obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Martins^v.

3. Porto das Almadias, Capitania de São Vicente (10/02/1533)

Martim Afonso de Souza no exercício da função de Capitão Governador das Terras do Brasil outorgou carta de doação a Rui Pinto das terras que denominou “*Porto das Almadias onde desembarcam quando vão desta ilha de São Vicente para Piratinim*”.

O porto estava situado na margem sul do rio Cubatão e a divisa subia a serra na direção dos caminhos de Piratininga. O prazo de aproveitamento da terra era de dois anos.

Esse documento também está publicado na obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Martins^{vi}.

4. Sesmaria de Caramuru, Capitania da Bahia (20/12/1536)

Francisco Pereira Coutinho, Capitão e Governador da Bahia de Todos os Santos, deu “novamente” a Diogo Alvares Caramuru, que era morador, em 20 de dezembro de 1536, polígono de terras com quinhentas varas de comprimento por quatrocentas varas de largura situado nos atuais bairros da Graça e Barra, cidade do Salvador.

A concessão foi em regime de sesmaria e o ato elaborado por Rodrigo Fernandes na data acima referida e registrada no Livro do escrivão Onofre Pinheiro na data de 1º de outubro de 1544. Essas terras pertencem em parcela significativa ao Mosteiro de São Bento, exploradas em regime de enfiteuse.

O documento está preservado no Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento e foi publicado^{vii}.

5. Terras da Vila de Olinda, Capitania de Pernambuco (12/03/1537)

Duarte Coelho, “Capitão e Governador das Terras da Nova Lusitânia” outorgou carta de doação à Vila de Olinda, moradores e povoadores para serviço da vila e do povo.

A doação exprime o planejamento da ordem urbana de Olinda nos seguintes termos: a) assentos dos montes e fraldas para casas e vivendas dos moradores e povoadores, em regime de doação e livre de foros; b) as várzeas das vacas e a de Beberibe e as que vão para o caminho da Casa do Governador para pastos dos gados pertencentes aos que não possuíam terras para esse pastoreio; c) as reboteiras dos matos para roças, mediante arrendamento do Concelho; d) o rocio defronte da vila para casas e feitorias; e) a ribeira do mar dos arrecifes dos navios com suas praias até o varadouro para serviço da vila e povo até 50 braças do rio para dentro. E assim, o documento prossegue com muitos detalhes organizando os espaços públicos e privados e suas finalidades. Trata-se de relevante documento histórico sobre planejamento e ordem urbana.

O documento está publicado nos Anais Pernambucanos, de Pereira da Costa^{viii}.

6. Ilha de Santo Antônio, Capitania do Espírito Santo (15/07/1537)

Vasco Fernandes Coutinho, Capitão e governador da Capitania do Espírito Santo na Terra do Brasil, outorgou por alvará a Duarte de Lemos a “ilha grande que está da barra para dentro que se chama Santo Antônio” e mais os poderes para nomear os oficiais. A ilha de Santo Antônio atualmente é a sede do município de Vitória, capital do Espírito Santo.

O alvará é datado de 15 de julho de 1537 e foi objeto de escritura de confirmação da doação com data de 20 de agosto de 1540, firmada entre partes, na cidade de Lisboa.

Duarte Lemos tomou posse da ilha em 1537 e nela fez doações em sesmarias para pessoas “aproveitarem e povoarem”.

Na escritura de confirmação de doação ficou declarado que os poderes de subcapitania outorgados no alvará não incorporavam o direito de fazer vila porque a ilha já estava limitada ou integrada ao “termo da

povoação do Espírito Santo". A expressão "termo" significa polígono dos limites de determinada vila, ou seja, a ilha pertencia integralmente à "povoação do Espírito Santo", ainda que o núcleo principal estivesse no continente no lugar denominado atualmente "Vila Velha".

O documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo^{ix} e publicado^x.

7. Engenho de Santa Ana, primeira gleba (légua e meia de largo e uma de comprido), Capitania dos Ilhéus (02/08/1537)

Jorge de Figueiredo Correa deu Mem de Sá, terceiro Governador do Brasil, uma légua e meia de largo e uma de comprido na Capitania de Ilhéus com todas as águas para fazer engenhos de açúcar, pagando a exploração da força da água com uma arroba de açúcar de cinco, em cada ano.

A doação da terra foi por escrito particular facultando a Mem de Sá que a demarcasse em qualquer parte da capitania, mas especificando que ele a queria no Rio dos Ilhéus, sendo légua e meia ao longo dele pelo rio acima, na banda esquerda, que é a banda do sul. Prometeu a doação, autorizou a posse, sem possibilidade de arrependimento e disse que Mem de Sá poderia "na dita terra fazer fortalezas e alcaidaria-mor", obrigando-se a outorgar "todas as escrituras, que lhe cumprirem".

Essa promessa de doação foi posteriormente cumprida, por ato datado de 21 de janeiro de 1550 com outorga de poderes de subcapitania. O documento está contido em "pública-forma" com origem nos autos de confisco do Engenho de Santa Anna e suas terras à Companhia de Jesus (Colégio de Santo Antônio de Lisboa), no ano de 1759.

A "pública-forma" foi elaborada em 4 de setembro de 1803, por Francisco Gomes de Souza, na cidade do Salvador. Francisco Gomes de Souza era escrivão e contador da Junta da Real Fazenda da Capitania da Bahia,

nomeado por ato de 15 de março de 1788, pelo Governador Dom Rodrigo José de Menezes.

Por sucessivos atos, esse documento integra a referida pública-forma que repousa nos autos de ação demarcatória de terra em curso em uma das varas cíveis da comarca de Ilhéus^{xi}. O documento aparentemente não foi publicado, mas está integralmente transscrito. Oportunamente será publicado no conjunto ou isoladamente.

Pode ser que exista uma cópia desse documento no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por conta de algumas referências citadas por Aires de Sá, na obra portuguesa denominada *História da Colonização Portuguesa no Brasil* ^{xii}.

8. Fazenda de Jagoaribe, Capitania de Pernambuco (24/07/1540)

Duarte Coelho, Capitão e Governador das terras da Nova Lusitânia, outorgou carta de doação a Vasco Fernandes, cavaleiro, feitor e almoxarife da capitania, da terra que tinha em Jagoaripe, com uma légua de comprido e outra de largura.

A doação dividiu a terra em quatro quinhões cabendo um quarto a Vasco Fernandes e os outros três quartos a seus filhos Francisco Fernandes, Sebastião Fernandes e Clara Fernandes. O motivo da partilha foi evitar conflitos entre os filhos.

O documento está preservado no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda e publicado^{xiii}.

9. Rio dos Gaionases, Capitania do Espírito Santo (31/08/1540)

Vasco Fernandes Coutinho, Capitão e Governador da Capitania do Espírito Santo na Terra do Brasil, outorgou carta de doação a Brás Teles

de Menezes, Francisco Cernige e Diogo Fernandes de terras e poderes de subcapitania.

A descrição das terras doadas em regime de sesmaria não permite aparentemente localização precisa. Foram duas glebas:

- i) **Duas léguas por duas léguas.** “da ponta da barra do rio de *Ginta* que agora novamente se chamará Sam Tiago por ele arriba duas léguas até onde chegarem as ditas duas léguas pelo rio *Tocoroim* arriba como dito é e outra duas léguas em largo cortando direto ao sul e toda a mais terra que houver até o rio dos *Gaionases* a que ora põe nome o *rio da Vitoria* assim ao longo da costa e pela terra dentro da parte do este donde se acabam as ditas duas léguas pelo sertão adentro”
- ii) **Meia léguia por duas léguas.** “e além do dito rio dos *Gaionases* da banda do sul meia léguia em largo e duas em comprido ao longo do dito rio dos *Gaionases...*”

O topônimo “*rio dos Gaionases*” que foi renomeado para “*rio da Vitória*” sugere algum lugar em torno da atual ilha de Santo Antônio, sede do município de Vitória, bem como aparenta certa guerra original com os “*Gaionases*”.

O documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo^{xiv} e aparentemente não foi publicado integralmente.

10. Santa Cruz de Cabrália, Capitania de Porto Seguro (05/01/1541)

Pero do Campo Tourinho, Capitão e Governador da Capitania de Porto Seguro, Terras do Brasil, outorgou carta de doação a Luiz d` Andrade de terra com testada marítima da ribeira de Porto Seguro até o “*rio Senanditube*”, pelo sertão, “vinte léguas” e mais uma pequena ilha em frente à foz do rio.

A concessão foi acompanhada de vários poderes políticos e econômicos inerentes à capitania, quais sejas, fundar vilas, nomear oficiais, aplicar a Justiça, explorar águas. Justificou a concessão na carta da seguinte maneira: Luiz d`Andrade foi “dos primeiros povoadores que comigo vieram de Portugal a povoar esta terra e gastando sua fazenda nisso”.

A ribeira de Porto Seguro provavelmente é o riacho que desemboca na praia do Mundaí, perto da atual cidade de Porto Seguro. O rio Sernanditube^{xv} é o atual “João de Tiba”, que tem na sua margem direita e foz a sede do município de Santa Cruz de Cabrália. A testada marítima da sesmaria era de aproximadamente 18 quilômetros (2,7 léguas).

As terras da Coroa Vermelha, local onde aportou Pedro Álvares Cabral, antigamente chamada Porto de Santa Cruz, estavam contidas nessa sesmaria. O pequeno rio de Santa Cruz que desemboca na atual praia da Coroa Vermelha foi o local do primeiro engenho e vila de Santa Cruz, posteriormente deslocada para o local atual, segundo escreveu Gabriel Soares de Souza, no ano de 1586. Pode-se supor que Luiz d`Andrade foi o fundador do atual município de Santa Cruz de Cabrália.

O documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo^{xvi} e aparentemente não tem transcrição e publicação.

11. Porto Seguro, Capitania de Porto Seguro (05/04/1542)

Pero do Campo Tourinho, Capitão e Governador da Capitania de Porto Seguro, outorgou carta de doação a Estevão Gil Tourinho, João Cassam Pinto e Margarida Gil de retângulo de terras com testada de 800 braças por trinta léguas. A descrição original apresenta alguma dificuldade de locação do imóvel.

Um terço da sesmaria foi doado ao Mosteiro de São Bento, compondo a fazenda Iraípe, nas margens do rio Buranhém, por muitos séculos declarada no patrimônio do referido Mosteiro.

O documento está preservado no Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento^{xvii} e foi publicado^{xviii}.

12. Chão junto à Praça, Capitania de Pernambuco (23/05/1542)

Duarte Coelho, Capitão e Governador das terras da Nova Lusitânia, outorgou doação a Jerônimo de Albuquerque de dois “chãos” situados na vila de Olinda.

O primeiro chão estava situado na rua do Varadouro (local que serve para encalhe dos barcos) confrontando de um lado com a referida rua; ao norte com a rua que vai para a “Fontainha” e confronta com chão de Pantaleão Gonçalves; e da banda do sul parte com a rua das Feitorias até entestar com o rio e serventia, situada no leste e banda do mar.

O segundo chão estava situado “junto da praça” de Olinda, com testada (frente) de onze braças ao longo da rua nova e fundos de 17 braças para rua Val de Fontes. As medidas laterais eram de 17 braças confrontando com Brás Pires e sete braças ao longo da ferraria até entestar com a praça.

O documento está preservado no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda e publicado^{xix}.

13. Porto das Naus, Capitania de São Vicente (25/05/1542)

Martim Afonso de Souza, Governador da Capitania de São Vicente, confirmou doação a Pedro Correa das terras que denominou “Porto das Naus”, na ilha de São Vicente; outra denominada “Perohybe”, dez ou doze léguas da vila de São Vicente; e mais uma ilha defronte da terra de *Perohybe*, de três que existem, a maior deles.

Essas terras foram doadas à Companhia de Jesus, por escritura de 20 de março de 1553, tornando-se o doador irmão da referida ordem religiosa.

Esse documento está publicado na obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Martins^{xx}.

14. Vale da Merueira, Capitania de Pernambuco (09/06/1542)

Duarte Coelho, Capitão e Governador das Terras da Nova Lusitânia, outorgou carta de doação a João de Sabanda, morador na vila de Olinda, da terra que está no “vale da Merueira”, termo da vila.

A demarcação descrita limita a terra ao sueste com terras de Batista Afonso, correndo para o noroeste um quarto de légua; e pela largura, a metade do quarto de légua (um oitavo).

O documento está preservado no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda e publicado^{xxi}.

15. Engenho de Torres de Paripe, Capitania da Bahia (28/07/1542)

Francisco Pereira Coutinho, Capitão e Governador da Capitania da Baía de Todos os Santos na Costa do Brasil, outorgou carta de doação a Afonso de Torres de polígono de terras com testada marítima do porto de Paripe até a entrada da atual Baía de Aratu e mais três léguas pelo sertão.

O documento integra o acervo¹ da Torre do Tombo, Lisboa, em Portugal, e está publicado integralmente no Migalhas^{xxii}.

16. Outeiro de São Pedro, Capitania de Pernambuco (04/05/1543)

Duarte Coelho, “Capitão e Governador das Terras da Nova Lusitânia”, outorgou doação a Bartolomeu Dias, moço da câmara do Duque

¹ Torre do Tombo, Chancelaria de Dom João III, livro 69, página 118. Endereço eletrônico: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3882118>

de Bragança, morador na vila de Olinda, da terra que está no “outeiro de São Pedro, para a banda do oeste e sudoeste”.

A demarcação descrita utiliza o sistema de “água vertentes” que é a divisão natural da queda da água no morro como limite. Assim está dito: “parte pelo cume do outeiro com terras de João Brás e Bartolomeu Rodrigues e ficam todas as águas vertentes para a banda do norte e nordeste com o dito Bartolomeu Dias”. O limite oeste era com Jerônimo de Albuquerque pela ribeira chamada de Merueira.

O documento está preservado no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda e publicado^{xxiii}.

17. Engenho São João, Capitania de Ilhéus (14/11/1543)

Francisco Romeiro, Capitão e Governador da Capitania de Ilhéus, nomeado por Jorge de Figueiredo Correia, estando na vila de Ilhéus outorgou a Bartolomeu d’Aveiros, natural da ilha da Madeira e morador naquela vila de Ilhéus, a ribeira chamada de São João com meia légua de terra em largo e outra meia em comprido para fazer engenho. Essa ribeira é afluente do rio Cachoeira.

A carta foi passada em cumprimento de ordem de doação de Jorge de Figueiredo Correa e foi lavrada por Phelipe Guilherme “escrivão das dadas, e sesmarias nesta vila de São Jorge aos quatorze dias do mês de novembro da era de mil quinhentos quarenta e três anos”.

O documento está contido em “pública-forma” com origem nos autos de confisco do Engenho de Santa Ana e suas terras à Companhia de Jesus (Colégio de Santo Antão de Lisboa), no ano de 1759, conforme já referido.

Por sucessivos atos, esse documento integra a referida pública-forma que repousa nos autos de ação demarcatória de terra em curso em uma das varas cíveis da comarca de Ilhéus^{xxiv}.

O documento aparentemente não foi publicado, mas está integralmente transcrito. Oportunamente, será publicado no conjunto ou isoladamente.

18. Engenho de Santa Ana, segunda gleba (uma légua de largura e comprimento), Capitania de Ilhéus (27/06/1544)

Jorge de Figueiredo Correa aforou a Mem de Sá e Francisco de Betamcor água na ribeira de Santa Ana e fez doação em regime de sesmaria de uma légua de terra de comprido e outro de largura no mesmo sítio, na mesma margem ou em ambas, e mais alguns poderes de capitania como criação de vila e nomeação de alcaides.

Essa escritura tem algumas disposições adicionais sobre a sesmaria de Camamu composta por doze léguas e concedida por outro instrumento datado de 19 de março de 1544, sem demarcação dos limites. Nessa escritura de 27 de julho de 1544, Mem de Sá e Francisco Betancor declaram que a sesmaria de Camamu começaria duas léguas da banda do sul do rio de Contas caminhando para o norte até acabar a medida de doze léguas. Esse limite por demarcação posterior foi recair na metade da ilha de Boipeba.

O documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo^{xxv} e foi integralmente publicado^{xxvi}.

19. Engenho de Santa Ana, terceira gleba (meia légua de terra), Capitania de Ilhéus, (2/11/1546)

Essa escritura de transação celebrada entre Francisco Romeiro e Mem de Sá é documento histórico muito interessante. Francisco Romeiro foi capitão nomeado por Jorge Figueiredo Correa para administrar a sua capitania. Fundou a vila de Ilhéus. Em 2 de novembro de 1546, ele estava preso na cidade de Lisboa e de certa forma teve que transacionar com Mem de Sá, que ocupava o cargo de Desembargador do Agravo da Corte e Casa da

Suplicação, sobre a água da Ribeira Grande por nome Santa Ana e meia léguas de terra ao redor na capitania de Jorge de Figueiredo.

A parte mais interessante são as declarações de Francisco Romeiro sobre os acertos e viagens que fez ao Brasil.

Ele começou sua exposição declarando que contratou com Jorge de Figueiredo Correa que viajaria para a capitania e Costa do Brasil, lá seria capitão e regeria a terra.

Primeira Viagem. Em seguida, disse que foi à Costa do Brasil e capitania, lá estivera por algum tempo e retornou à Lisboa. Essa viagem aparentemente foi breve e ocorreu no período de 1536 a 1537.

Ao retornar para Lisboa, contratou parceria em regime de igualdade entre ele, Jorge de Figueiredo, Duarte Alvares e Jeronimo Morel definindo como objeto do ajuste a exploração de seis léguas em redondo no Rio dos Ilhéus com suas águas. Esse ajuste foi objeto de escritura.

Segunda viagem. Em razão do ajuste, Francisco Romeiro retornou à Costa do Brasil e capitania e lá permaneceu alguns anos, sempre de guerra, defendendo a terra com muito perigo de sua vida e gasto de sua fazenda. Quando conseguiu obter a paz, assentou povoação no Rio dos Ilhéus, onde descobriu muitas águas para engenhos, inclusive a ribeira grande por nome Santa Ana, muito apropriada para engenhos de açúcar. Por temer perder a capitania por falta de apoio, retornou à Portugal. Essa segunda viagem aparentemente foi mais longa e ocorreu no período de 1538 a 1544.

Em seu novo retorno à Lisboa, inculcou a água de Santa Ana a Mem de Sá para que nela fizesse engenho. Francisco Romeiro disse ainda que conversou com Jorge de Figueiredo sobre esse assunto e que o titular da capitania dera tal terra e água a Mem de Sá por pública escritura que disso lhe fizera, à qual Francisco Romeiro esteve presente. Essa escritura deve ser

a datada de 27 de novembro de 1544 (uma légua de largo e outra de comprido).

Francisco Romeiro estava para se embarcar para o Brasil quando o prenderam por capítulos, que contra ele dera Manoel Ribeiro. Não podendo viajar, Jorge de Figueiredo, Jerônimo Morel e Duarte Alvares lhe disseram que largasse o seu quinhão, se não o dariam a outrem; e que dando-o a Francisco de Andrade lhe fariam dar na dita ribeira e água de Santa Ana para um engenho meia légua de terra ao longo da dita ribeira, e mais duzentos cruzados em dinheiro. Por estar preso e muito doente, quase fora de seu sentido, ele fizera tudo que os seus sócios queriam.

Entretanto, disse ainda que prometera dar a Mem de Sá a dita água para engenho e meia légua de terra ao longo da ribeira sem condição alguma. Por tal razão, para evitar pleitos e, demandas ajustara com Mem de Sá por via e modo de transação e amigável composição que ele Francisco Romeiro cedia a Mem de Sá a água e meia légua de terra ao longo da dita ribeira.

Francisco Romeiro foi libertado da prisão e retornou ao Brasil em terceira viagem.

Essa escritura de transação está contida no documento intitulado “pública-forma” com origem nos autos de confisco do Engenho de Santa Ana e suas terras à Companhia de Jesus (Colégio de Santo Antão de Lisboa), no ano de 1759, conforme já referido.

Por sucessivos atos, esse acervo de escrituras foi repousar nos autos de ação demarcatória de terra em curso em uma das varas cíveis da comarca de Ilhéus^{xxvii}.

O documento aparentemente não foi publicado, mas está integralmente transcrito. Oportunamente, será publicado no conjunto ou isoladamente.

20. Engenho do rio Taipe, Capitania de Ilhéus (26/03/1547)

Jorge de Figueiredo Correa, Capitão e Governador da Capitania de Ilhéus no Brasil, representado por Mem de Sá, outorgou carta de doação de terra com duas léguas ao longo da costa por três léguas para o sertão, começando na foz do rio Taipe, atual rio Almada, no município de Ilhéus.

A concessão foi acompanhada também de vários poderes políticos e econômicos inerentes à capitania, quais sejas, fundar vilas, nomear oficiais, aplicar a Justiça, explorar águas.

O documento está preservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo^{xxviii} e integralmente publicado^{xxix}.

Essa pesquisa possivelmente não está completa. Devem existir títulos de terras que não foram identificados. Se alguém tiver conhecimento de documento que esteja no padrão da pesquisa, agradecemos antecipadamente a informação.

ⁱ DIAS, Malheiros. História da Colonização Portuguesa no Brasil, V. 3, p. 160. Francisco Adolfo Varnhagem nos comentários ao Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza, publicado no ano de 1839, publicou a carta de poderes para conceder sesmaria e chamou a atenção, com certa indignação, para a omissão na transcrição nas primeiras cartas de sesmaria concedidas no Brasil por Martim Afonso de Souza.

ⁱⁱ http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428608/mss1428608.pdf

ⁱⁱⁱ Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas, Lisboa, 1992, Página 459 e 460.

^{iv} LOPES DE SOUZA, Pero. Diário da Navegação 1530 -1532, comentado por Francisco Adolfo Varnahagem. Lisboa, 1839, página 67.

^v AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Martins Editora, São Paulo, Tomo II, páginas 264 e 268.

^{vi} AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Martins Editora, São Paulo, Tomo II, páginas 269.

^{vii} Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade do Salvador. Tipografia Beneditina, 1949, páginas 76 a 79.

^{viii} PEREIRA DA COSTA, F. A. Anais Pernambucanos. Governo de Pernambuco, Segunda edição, Recife, 1983, volume 1, páginas 188 a 191.

^{ix} ANTT. Chancelaria de Dom João III, livro 6, folhas 512.

^x DIAS, Malheiros. História da Colonização Portuguesa no Brasil, V. 3, p. 265

-
- ^{xii} Ação Demarcatória, Autor Ernesto Macedônio de Sá e Outros e Réu barnabé Francisco da Encarnação. Processo 232, datada a petição inicial de 28 de janeiro de 1938.
- ^{xiii} DIAS, Malheiros. História da Colonização Portuguesa no Brasil, V. 3, p. 206. Comentei esse achado de Aires de Casal, o qual não transcreveu e citou fonte, no Livro A Capitania de São Jorge de Ilhéus e a Década do Açúcar. Duvidei do documento, mas o tempo mostrou que estava errado. O documento existe. Enfim, oportunamente farei os esclarecimentos necessários.
- ^{xiv} Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, Imprensa Oficial, Recife, 1948, páginas 287 a 289.
- ^{xv} ANTT. Chancelaria de Dom João III, livro 47, folhas 1 e 2.T
- ^{xvi} Esse rio é denominado “Sernambitibe” por Gabriel Soares de Souza, no ano de 1586. Tratado Descritivo do Brasil, página 82.
- ^{xvii} Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade do Salvador. Tipografia Beneditina, 1949, páginas 76 a 79.
- ^{xviii} Livro 2 do Tombo do Mosteiro de São Bento, folhas 123v a 125v.
- ^{xix} MARQUES, Caio Cesar Tourinho. *Doação de uma Sesmaria Quinhentista Inédita*. Revista da ASBRAP, São Paulo, n° 5, páginas 9 a 15, 1998.
- ^{xx} Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, Imprensa Oficial, Recife, 1948, página 34 e 35 e 42 a 45 e 154 e 155.
- ^{xxi} AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Martins Editora, São Paulo, Tomo II, páginas 154.
- ^{xxii} Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, Imprensa Oficial, Recife, 1948, páginas 246 e 247.
- ^{xxiii} https://www.migalhas.com.br/depeso/383743/a-carta-de-subcapitania-e-sesmaria-de-paripe-1542
- ^{xxiv} Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, Imprensa Oficial, Recife, 1948, páginas 244 e 245.
- ^{xxv} Ação Demarcatória, Autor Ernesto Macedônio de Sá e Outros e Réu barnabé Francisco da Encarnação. Processo 232, datada a petição inicial de 28 de janeiro de 1938.
- ^{xxvi} ANTT. Chancelaria de Dom João III, Livro 65, fólios 176 a 180, microfilme n° 583, ANTT. Transcrição executada pelo Autor.
- ^{xxvii} COELHO FILHO, Luiz Walter. A Capitania de São Jorge e a Década do Açúcar. Editora Vila Velha, Salvador, ano 200º, páginas 147 a 150.
- ^{xxviii} Ação Demarcatória, Autor Ernesto Macedônio de Sá e Outros e Réu barnabé Francisco da Encarnação. Processo 232, datada a petição inicial de 28 de janeiro de 1938.
- ^{xxix} Chancelaria de Dom João III, Livro 65, fólios 176 a 180, microfilme n° 583, ANTT. Transcrição executada pelo Autor.
- ^{xxx} COELHO FILHO, Luiz Walter. A Capitania de São Jorge e a Década do Açúcar. Editora Vila Velha, Salvador, ano 2000, páginas 154 a 163.